



Reprodução da matéria publicada no "Estado", 25/08/2021.

IPCA-15 já passa de dois dígitos em quatro capitais; Curitiba lidera, com alta de 11,43% em 12 meses

Na média nacional, o indicador, uma prévia da inflação oficial, ficou em 9,30% no acumulado dos 12 meses até agosto

BRUNO VILLAS BÔAS, CÍCERO COTRIM, GUILHERME BIANCHINI E THAÍS BARCELLOS, O ESTADO DE S. PAULO

RIO e SÃO PAULO - Pressionada pelo aumento da conta de luz, a inflação acumulada em 12 meses chegou à marca de dois dígitos em quatro capitais do País na prévia de agosto: Porto Alegre (10,37%), Goiânia (10,67%), Fortaleza (11,37%) e Curitiba (11,43%). Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quarta-feira, 25.

Líder nacional de inflação, a região metropolitana de Curitiba registrou aumento de 26,19% na conta de luz de julho do ano passado a agosto deste ano, de acordo com o IBGE. Além do aumento de 52% do valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2, o custo mais salgado refletiu o reajuste da energia pela concessionária local no fim de junho, após a autorização da Aneel.

Logo atrás de Curitiba, o custo de vida em Fortaleza tem sido mais pressionado, além da energia, pelos combustíveis. A gasolina comprada em um posto da capital cearense ficou, em média, 37,47% mais cara nos últimos 12 meses até agosto, segundo o IBGE. O óleo diesel ficou 31,89% mais caro. Já o gás veicular subiu menos, 18,55% acumulado de julho de 2020 a agosto deste ano.

Dados IBGE mostram que, na média nacional, o IPCA-15 foi de 9,30% em 12 meses até agosto, maior taxa desde maio de 2016 (9,62%). A inflação segue distante, portanto, da meta de inflação perseguida pelo Banco Central (BC) neste ano, de 3,75%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixa. O limite superior da meta é de 5,25%.

A última vez que o índice chegou a marca de dois dígitos pela média nacional foi em fevereiro de 2016 (10,84%), com a alta dos preços dos alimentos in natura.

Outros locais pesquisados pelo IBGE também registraram inflação acima da média nacional dos últimos 12 meses, embora não tenham atingido a marca de dois dígitos: Recife (9,88%) e Belém (9,85%). Belo Horizonte teve taxa de 9,30%, a mesma da média nacional. Ficaram abaixo Rio de Janeiro (7,93%), Brasília (8,27%), Salvador (8,31%) e São Paulo (8,64%).

Índice mensal

Isoladamente no mês de agosto, o IPCA-15 foi de 0,89% em agosto, acelerando em relação ao mês anterior (0,72%). Foi a maior taxa para o mês de agosto desde 2002, quando avançou 1%. Foi também a segunda maior taxa para este ano, atrás apenas de março (0,93%). O resultado ficou acima da maioria das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast era de 0,84% para agosto, com intervalo de 0,65% a 0,92%.

Para Daniel Lima, economista do banco ABC Brasil, a disseminação da inflação em agosto aumenta a chance de uma elevação maior do que a prevista da taxa básica de juros, a Selic, na reunião do Copom de setembro. Nos cálculos do banco, 73,17% dos preços pesquisados pelo IBGE tiveram alta em agosto. Em julho, o chamado índice de difusão era de 6,93%.

"As pressões correntes podem puxar as projeções para o IPCA de 2021 e conseqüentemente de 2022, via uma inércia maior, e a probabilidade do cenário alternativo

acaba aumentando”, afirma o economista, que prevê alta de 1 ponto porcentual da Selic em setembro, para 6,25% ao ano. No cenário alternativo, a Selic seria elevada em 1,25 ponto porcentual.

Marcos Mollica, gestor do Opportunity Total, fundo da gestora Opportunity, afirma que a leitura do IPCA-15 de agosto não trouxe qualquer alívio para o cenário inflacionário. Para ele, porém, não existe descontrole inflacionário, mas um nível elevado de inflação que “requer reação da Selic e cautela do Banco Central”.

Mollica projeta alta de 7,8% do IPCA em 2021, mas alerta que o índice pode mesmo ultrapassar 8%, especialmente se a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidir reajustar o valor adicional da bandeira vermelha 2 de energia elétrica. Se houver aumento de R\$ 15, diz o gestor, o impacto no IPCA já seria de cerca de 0,20 ponto porcentual.

Em agosto, a energia elétrica residencial ficou 5% mais cara, exercendo o maior impacto (0,23 ponto porcentual) no IPCA-15 entre os subítemos acompanhados pelo IBGE. A alta recente da energia reflete o reajuste de 52% do valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2, válida a partir de 1º de julho.

O economista Leonardo França Costa, da ASA Investments, diz que a inflação medida pelo IPCA deve continuar pressionada no curto prazo. Para ele, os preços administrados pelo governo – energia, combustíveis – são os que mais preocupam. “Eu ainda espero uma melhora do IPCA no quarto trimestre, mas as surpresas de curto prazo me deixam menos confiante”, disse o economista.

A prévia da inflação de alimentação e bebidas também chamou atenção em agosto, ao acelerar para 1,02% em agosto, de 0,49% em julho. O encarecimento dos alimentos era esperado por analistas, após as baixas

temperaturas, registradas em parte do País no fim de julho e início de agosto, terem atingido plantações. O cenário já era desafiador por causa do impacto da estiagem sobre a oferta de produtos in natura.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, avalia que a prévia da inflação de agosto não seria tão ruim quanto a de outros momentos. “Os núcleos vieram relativamente bem comportados, com uma aceleração em linha com o esperado. Na transmissão do IPCA-15 para o IPCA fechado, naqueles itens que se equivalem, não tivemos grandes alterações, já que passagens aéreas e educação vieram em linha”, disse ele.

A Ativa prevê arrefecimento de 0,96% em julho para 0,62% em agosto no IPCA fechado, a ser divulgado no início de setembro pelo IBGE. A projeção para a inflação oficial de 2021 foi mantida em 7%, mas pode subir para até 7,6% caso haja novo reajuste da Aneel na bandeira tarifária neste ano. Para 2022, a expectativa é de alta de 3,5%.

IPCA-15 acumulado em 12 meses nas capitais (agosto de 2021)

Curitiba	-	11,43%
Fortaleza	-	11,37%
Goiânia	-	10,67%
Porto Alegre	-	10,37%
Recife	-	9,88%
Belém	-	9,85%
Belo Horizonte	-	9,30%
Média nacional	-	9,30%
São Paulo	-	8,64%
Salvador	-	8,31%
Brasília	-	8,27%
Rio de Janeiro	-	7,93%